



## Assembleia de Freguesia de Palmela

### **Moção**

#### **Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao Banco e assegurar o Direito à Habitação**

Os problemas da Habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública.

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias.

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR.

Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que necessita de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local e, em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem, designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento, que se mantém ausente ano após ano.

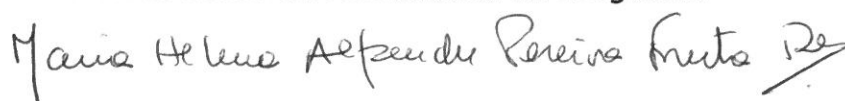
A Assembleia de Freguesia de Palmela, reunida a 26 de setembro de 2023, delibera:

- Reclamar a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os Bancos suportem

- com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;
- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;
  - Exigir do Governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;
  - Apelar à participação da população nas ações populares convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à Habitação.

*Aprovado por maioria em sessão ordinária, realizada no dia 26 de setembro, com: 4 votos a favor da CDU, 2 votos a favor do PS, 2 votos a favor do MCCP, 1 voto a favor do CH, e um voto contra do PS e uma abstenção do PS.*

A Presidente da Assembleia de Freguesia



Maria Helena Alpendre Pereira Fruta Ribeiro